

SEMERARO, Giovanni. **Libertação e Hegemonia**. Realizar a América Latina pelos movimentos populares. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2009. 228 p.

Márcia Cristina Machado Pasuch¹
Elismar Bezerra Arruda²

Neste livro, Giovanni Semeraro apresenta as várias formas de opressão e violência a que foi submetido o povo latino-americano, evidenciando que a violência física e social empregada pelos colonizadores deixaram marcas no corpo e na alma dos colonizados através da inculcação ideológica. Realiza uma incursão histórica, apresentando vários movimentos ocorridos na América Latina em favor do processo de libertação e, também, as reações e modos como os detentores do poder, os favorecidos pelo sistema hegemônico se articularam para manter sua hegemonia.

No primeiro capítulo *Oprimido: Ser colonizado*, ressignifica o conceito de oprimido a partir da história de opressão e brutalidades sofridas pelas classes subalternizadas, desta realidade os intelectuais engajados nas suas lutas pela libertação trabalham novas e originais elaborações. Distingui, assim, os oprimidos da Europa dos oprimidos latino-americanos, pois os últimos são destituídos de quaisquer direitos, *seres impedidos de ser*, prontos para serem usados, explorados e descartados pelo sistema econômico que arranca das colônias (da capacidade produtiva do seu povo e da natureza) o sustentáculo do industrialismo praticado pelos países centrais; faz essa análise recorrendo às formulações marxianas que identificam esses oprimidos latino-americanos como fruto do capitalismo e do colonialismo, os quais são pautados na conquista, violência e escravidão. Discorre ainda sobre as estratégias de dominação utilizadas, de modo singular pela América do Norte, para manter seu domínio sobre os demais países americanos, lançando mão do poder econômico e da força bélica para subjugar e dominar.

1 Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação/UFMT. E-mail: marciacmachado@hotmail.com. Bolsista Fapemat.

2 Mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação/UFMT. E-mail: elismar.bezerra@hotmail.com

R. Educ. Públ.	Cuiabá	v. 19	n. 41	p. 601-605	set./dez. 2010
----------------	--------	-------	-------	------------	----------------

No segundo capítulo *Conscientização: Na raiz dos problemas*, há um esforço em distinguir a consciência popular latino-americana da perspectiva gerada na modernidade, a qual, ancorada na *objetividade científica*, era compreendida como fruto de uma busca individual e solitária. No contexto latino-americano, o dominado percebe sua condição e busca organizar-se para superá-la. A esse processo, caracterizado como um ato coletivo, político, alcançado na luta contra o sistema opressor, Semeraro chama de *politização da consciência*. Apresenta ainda o fato de que, o *capitalismo mundial desencadeado pela modernidade* conseguiu desenvolver, ao mesmo tempo, as mais perversas formas de domínio e exploração numa única estrutura.

Apresenta os limites dos movimentos de emancipação conduzidos pelos *criollos* na América Latina, que, com caráter transformista, não se traduziu em mudanças estruturais necessárias para melhorar as condições de vida da população latino-americana. Ou seja, a compreensão de emancipação construída pelo nacionalismo *criollo*, veio reforçar, no continente americano, o modelo das Repúblicas Europeias, que a revelia dos preceitos constitucionais cuja defesa é a cidadania, tem uma práxis excludente que combate a democracia popular e nega a emancipação do povo; de fato o que pretendiam era livrar-se dos senhores das metrópoles pra constituírem-se como classe dirigente, mantendo o mesmo modelo de subjugação e exploração ao que o autor remete ao processo analisado por Gramsci como *revolução passiva*. Na esteira de Paulo Freire, o autor apresenta o processo de construção da consciência crítica como superação da consciência como fenômeno individual, intimista, para ato eminentemente coletivo, político. Por fim, ressalta que o modelo de democracia defendido pelos *países centrais* é negado pelo próprio processo de concentração de renda, pela sacralização da propriedade privada e pela negação jurídico-administrativa praticados por esses países em nível planetário, o que faz ganhar força e audiência a *conscientização* como projeto de *recriação* profunda do mundo.

No terceiro capítulo *Subdesenvolvimento e dependência: Descobrir as armadilhas* apresenta os diferentes períodos de dominação vivenciados pelos países da América Latina, primeiro sob o jugo Europeu (capitalismo mercantil, manufatureiro) e depois o Norte-americano (industrial), o qual criou um sistema de dependência econômica via concessão de empréstimos *em troca de compra de máquinas e tecnologias modernas*. Mostra que após a década de 50 ocorre o fortalecimento, na América Latina, do projeto desenvolvimentista, que acrescenta ao *populismo personalista*, até então vigente, *um modelo mais moderno* que pretendeu possibilitar a estes países a superação da dependência por meio de um movimento que estimulava a produção industrial, um simulacro reprodutivista dos países centrais. Contudo, em contraposição à teoria desenvolvimentista, intelectuais latino-americanos influenciados pelo marxismo, mas profundamente imersos nos problemas e na lutas dos povos latino-americanos desenvolvem a Teoria da Dependência; como

uma das mais originais contribuições latino-americanas que, numa perspectiva *interdisciplinar e dialética*, mostra que o desenvolvimento e a reprodução do modelo desenvolvimentista dos países centrais não provocavam emancipação da população, ao contrário, aprofundavam as mazelas sociais, conjugando desenvolvimento e subdesenvolvimento. Esta teoria inspirou a emergência de novas práxis em direção da libertação e emancipação dos países e povos da América Latina, o que significa ruptura com a hegemonia dominante. Desta forma, para alcançar a libertação a América Latina tinha o desafio da ruptura e a *criação de propostas alternativas*.

No capítulo quatro *Libertação: Autodeterminar-se*, dedica-se, fundamentalmente, ao conceito de libertação, mostra que os setores explorados, os setores populares, ao ressignificar o conceito de libertação, além de livrar-se dos grillhões opressores buscam emancipar-se do modelo hegemônico vigente, *criando o mundo sobre outras bases*, bases democráticas ao alcance de todos, pautadas no rompimento com todo tipo de dominação, na transparência, na *socialização dos direitos*. Mais que libertar-se da opressão faz-se necessário a ruptura com o colonialismo interno e o efetivo alcance da autonomia econômica e política, o que significava a busca de um novo projeto de civilização que já estava sendo construído pelos diversos movimentos populares espalhados em todo o continente.

Outro aspecto trabalhado neste capítulo é a trajetória histórica dos movimentos populares, seus avanços e retrocessos frente à reação das forças contrárias, a qual se expressa no forte movimento de “ditatorialização”, ocorrido na América Latina, o qual pretendeu firmar os preceitos liberais capitalistas, favorecendo *a integração da burguesia local ao capital internacional*. Não obstante, mostra que a repressão ocasionada pelo militarismo não apagou a chama da luta pela libertação. Ancorado no pensamento gramsciano, afirma que os movimentos sociais na América Latina são *a versão tropical* da filosofia da práxis, o que significa dizer que, num movimento dialético, filosofia e política inspiram-se mutuamente. Fundamental a ênfase dada ao processo de interlocução entre a *esquerda latino-americana e o cristianismo popular*, os quais serviram de fermento e alimento às teorias da libertação. É interessante o destaque sobre a sociologia que esses movimentos desenvolvem e da qual se ocupam, de forma original.

Por fim, merece destaque o fato de que toda essa reinvenção da visão de mundo latino-americana, que se estrutura nas lutas populares e as orientam, essa práxis, se realiza na perspectiva da libertação dos oprimidos sem a defesa do uso da violência para essa finalidade. De modo que a partir de 1984, os movimentos populares compreendem que, mais que desvelar e denunciar a opressão e as injustiças do sistema capitalista se impõe a necessidade de tornarem-se *sujeitos de poder, hegemônicos, soberanos*, portanto, a necessidade de serem governantes e, assim, refundar o Estado.

No capítulo cinco *Socialismo latino-americano: A realização do poder popular* o autor discorre sobre os diversos movimentos populares de resistência ao modelo colonialista existentes na América Latina. Deixa explícito que o entendimento do socialismo insurgente da América Latina requer mergulho no contexto dos movimentos existentes. Fundamental é o destaque feito à vital necessidade de reflexões teóricas e organização política para o fortalecimento e continuidade dos movimentos. Nesta direção, evidencia como importante força do movimento socialista na América Latina a igreja católica, marcada pelo Concílio Vaticano II, a qual, sobretudo, no período da ditadura, assume uma postura de denúncia das atrocidades capitalistas e também se envolve no processo de organização das classes populares. Apresenta várias ações de movimentos populares rumo à construção de um Estado ético político e de denúncia ao *colonialismo interno*, e, também o combate ao subimperialismo que se trata da imposição de países dominados sobre outros mais enfraquecidos.

No capítulo seis *Filosofia latino-americana: Uma concepção própria de mundo*, o autor marca ideia de que a construção da *concepção própria de mundo* significa dizer que, ocorreu a ruptura com pretensa ideia de *pensamento único de valor universal*. Dito de outra maneira, a história da América Latina traz consigo marcas de sua cultura própria, caracterizada pela luta contra o colonialismo. Mostra que o processo reflexivo desenvolvido na América Latina culminou com o surgimento da *Filosofia da Libertação*, o que significa tomar a própria realidade como objeto de reflexão para então construir *instrumentos teóricos* que auxiliem na busca de solução para os problemas vividos, sem com isso negar as contribuições da filosofia clássica.

No Capítulo sete *Alteridade: A construção de uma outra hegemonia*, recupera a ideia de que os movimentos populares na América latina buscam construir um novo modelo de mundo, num movimento de superação à imposição etnocêntrica dos colonizadores. Apresenta o pensamento de Dussel reforçando a concepção da falibilidade de um pensamento uno e a contundente crítica às injustiças cometidas pelo modelo colonial. Afirma que a libertação exige vários passos, como tomada de consciência, organização política, construção de um projeto alternativo e efetivação cotidiana deste projeto. Implicada nesta afirmação está a valorização *do patrimônio cultural da humanidade*, de modo que o processo empreendido pelos movimentos populares não pode e não deve partir do vazio, mas assimilar o que de positivo tem a história, superar as fragilidades e construir o novo. Neste debate, o autor convida Paulo Freire com sua teorização sobre a práxis libertadora, que abrange dois movimentos: de desconstrução e de construir *o inédito viável*, num movimento de libertação de si e do outro.

Afirma que o sentido de alteridade desenvolvido na América Latina vem na perspectiva de superar as dualidades: *dominador-dominado, capital-trabalho*. Não se trata de os movimentos populares inverterem os papéis e assumirem a

postura opressiva e arrogante do colonizador. Ao contrário, significa construir valores próprios sem negar a importância do outro e da história. Isso não quer dizer relativismo ou ausência de posição e projeto claro de sociedade. A alteridade *democrática popular* liga-se à *superação da dominação e da desigualdade*, à busca de alternativa ao capitalismo.

É contundente ao tecer críticas ao modelo de desenvolvimento dos países centrais. Trata da falibilidade do liberalismo e do capitalismo, que *não visam à democracia e à socialização do poder*, por gerarem um sistema apenas para alguns: os detentores do capital. Em contraposição a este modelo é que há a insurgência dos movimentos populares latino-americanos, que questionam este sistema insustentável e propõem alternativas universais e humanizadoras.

Em *Utopia: a criação permanente* discorre sobre o sentido da utopia na América Latina, como força mobilizadora, que tira da inércia, aponta possibilidades, fermenta o potencial revolucionário. Aborda também, o risco do abandono da utopia e da sujeição ao chamado *realismo político* que efetivamente não enfrentam os mecanismos geradores de injustiças sociais. O horizonte utópico sustenta a resistência. A falência do liberalismo, do capitalismo conduz à necessidade de uma democracia social, de um projeto alternativo, não reformista, mas autêntico, revolucionário, de ruptura com o estabelecido, efetivamente socialista e democrático.

Sem dúvida, trata-se de uma obra fundamentalmente esperançosa, em que o autor trabalha na perspectiva da filosofia da práxis tomando a realidade da América Latina como elemento de sua reflexão política, filosófica. Nesta perspectiva ressignifica alguns conceitos, ousando romper com conceitos clássicos desenvolvidos pelos países centrais. Um texto que apresenta o processo de ocupação e colonização da América Latina aprofunda a crítica sobre as mazelas impostas pelo capitalismo referenciado no Materialismo Histórico ressignificado a partir das reflexões e proposições de Gramsci reafirmando, por fim, o protagonismo dos movimentos populares latino-americanos na construção do novo homem, da nova sociedade e do novo Estado.

Recebimento em: 19/06/2010.

Aceite em: 30/06/2010.